José Luiz Fiorin (org.)
Ana Scher • Antonio Vicente Pietroforte
Diana Pessoa de Barros • Esmeralda V. Negrão
Evani Viotti • Luiz Tatit • Margarida Petter
Paulo Chagas • Raquel Santos • Ronald Beline

Introdução à Linguística

I. Objetos teóricos

N.Cham. 410 I61 6.ed.
Título: Introdução à linguística.

1259585 Ac. 192423
V. 1 Ex.6 PUCC C 1 - 1 Nº Pat.:T.16705

editoracontexto

410
I61

Copyright © 2002 dos autores

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Projeto e montagem de capa
Antonio Kehl

Diagramação
José Luis Guijarro
Gapp Design

Preparação de textos
Sandra Regina de Souza

Revisão
Dida Bessana
Juliana Ramos Gonçalves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Introdução à linguística / José Luiz Fiorin (org.). – 6. ed.,
2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

Bibliografia
ISBN 978-85-7244-192-6

1. Linguística. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Fiorin, José Luiz.

02-0430 CDD-410

Índice para catálogo sistemático:
1. Linguística: Introdução 410

2012

EDITORA CONTEXTO
Diretor editorial: *Jaime Pinsky*

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa
05083-030 – São Paulo – SP
PABX: (11) 3832 5838
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

A linguagem em uso

José Luiz Fiorin

Certa ocasião, perguntaram a Sérgio Buarque de Holanda se o Chico Buarque era filho dele e ele respondeu:
– Não, o Chico não é meu filho, eu é que sou pai dele.
Festejada por ter sido a segunda mulher a ser nomeada ministra no Brasil, em 1989, Dorothéa Werneck voltará ao cargo, aos 45 anos, no Ministério da Indústria e Comércio. Ela abriu caminho para cinco sucessoras – na área econômica, por exemplo, ninguém mais se chocou quando Zélia Cardoso de Mello ou Yeda Crusius foram escolhidas. Zélia dividiu opiniões. Yeda foi logo esquecida. Dorothéa manteve-se presente no noticiário, mesmo nos curtos períodos em que ficou sem cargo no governo e partiu para a iniciativa privada. (...)
Mesmo com cuidado e seriedade no trato com a ministra, empresários e sindicalistas – dos quais ela se aproximou em busca de um pacto anti-inflacionário – nunca esqueceram que ela era uma mulher. Seu sexo foi lembrado sempre, como defeito ou qualidade. Mário Amato, então presidente da Fiesp, tentou traduzir esse sentimento e foi muito infeliz. Declarou, na frente de jornalistas: "Ela é muito inteligente apesar de ser mulher". O empresário, com isso, ganhou a antipatia da população feminina e de um Brasil que se rendia ao carisma de Doró.

(PINHEIRO, Liliana. *O Estado de S. Paulo*, 25.12.1994, B1)

TURMA DA MÔNICA/*Mauricio de Sousa*

O Estado de S. Paulo, 08.11.2001, D4.

Observando-se os exemplos mostrados, verifica-se que o conhecimento do sistema da língua é insuficiente para entender certos fatos linguísticos utilizados numa situação concreta de fala. Com efeito, note-se que, do estrito ponto de vista dos valores semânticos das palavras *pai* e *filho*, a resposta de Sérgio Buarque de Holanda é um absurdo, pois, se ele é pai do Chico Buarque, este é seu filho. No entanto, na situação específica, o que Sérgio Buarque pretendia dizer é que, como o Chico era muito mais famoso do que ele, não era apropriado apresentar o Chico, dizendo que ele era filho do Sérgio, mas que o mais adequado seria dizer que o Sérgio era pai do Chico. No segundo caso, observa-se que Mário Amato, ao dizer que a ministra Dorothéa Werneck era mulher e era inteligente e ao ligar as duas afirmações com a expressão *apesar de*, deixou escapar implicitamente seu preconceito contra as mulheres, porque sua frase diz implicitamente que as mulheres não são inteligentes. No terceiro caso, Bidu, ao dizer *Bidu*, atribuiu a si mesmo este nome (*Meu nome é Bidu*), mas o outro cachorro entendeu a palavra *bidu*, como um adjetivo, aplicado a ele (*Você é bidu*).

No sistema linguístico, temos oposições fônicas e semânticas e regras combinatórias dos elementos linguísticos. No entanto, nem as oposições semânticas, nem as regras de combinação conseguem explicar os fatos acima. Observando-se esses fatos e outros, verificou-se que era preciso estudar o uso da linguagem. Esse é o objeto da Pragmática. Assim, a Pragmática é a ciência do uso linguístico, estuda as condições que governam a utilização da linguagem, a prática linguística.

Saussure dizia que o verdadeiro objeto da Linguística era a língua e, para ele, a língua era a linguagem menos a fala, ou seja, menos o uso concreto da linguagem. A Pragmática não confere à língua uma posição central nos estudos linguísticos, não a vê isolada da utilização da linguagem.

O ponto de partida da Pragmática foram os trabalhos dos filósofos da linguagem, particularmente John Austin e Paul Grice. O primeiro diz que a linguagem não tem uma função descritiva, mas uma função de agir. Ao falar, o homem realiza atos. Por exemplo, ao dizer *Eu lhe prometo vir*, o ato da promessa é realizado quando se diz *Eu lhe prometo*. Grice mostra que a linguagem natural comunica mais do que aquilo que se significa num enunciado, pois, quando se fala, comunicam-se também conteúdos implícitos. Quando alguém diz a outro, que está se aprontando para sair, *São oito horas*, ele não está fazendo uma simples constatação sobre o que marca o relógio, mas dizendo *Apresse-se, vamos chegar atrasados*.

A Pragmática estuda a relação entre a estrutura da linguagem e seu uso, o que fora deixado de lado pelas correntes anteriores da Linguística, que criaram outros objetos teóricos. O estudo do uso é absolutamente necessário, pois há palavras e frases cuja interpretação só pode ocorrer na situação concreta de fala. Por exemplo, nos casos mencionados no início deste capítulo, verifica-se que o sentido da frase *O Chico não é meu filho* ou os dois diferentes valores da palavra *bidu* só podem ser entendidos na situação de comunicação. Por outro lado, é necessário também estudar o uso, porque na troca verbal comunicamos muito mais do que as palavras significam. Quando se diz a alguém: *Voce tem fogo?*, não se está perguntando simplesmente a ele se dispõe de um objeto com o qual se possa acender alguma coisa, mas se está pedindo que empreste esse objeto, porque se pretende acender um cigarro, etc. Seria muito estranho que a pessoa respondesse pura e simplesmente *Tenho* e não pegasse o isqueiro ou os fósforos para passar à pessoa que perguntou.

Segundo Moeschler, há três domínios de fatos linguísticos que exigem a introdução de uma dimensão pragmática nos estudos linguísticos: os fatos de enunciação, de inferência e de instrução.

I. A enunciação

Como vimos, a enunciação é o ato de produzir enunciados, que são as realizações linguísticas concretas. Certos enunciados não têm por finalidade a designação de um objeto ou um evento do mundo, mas referem-se a si mesmos, ou seja, não têm uma função referencial, mas autorreferencial. Em outras palavras, há certos fatos linguísticos que só são entendidos em função do ato de enunciar. Por exemplo:

1) Os dêiticos: é um elemento linguístico que indica o lugar ou o tempo em que um enunciado é produzido ou então os participantes de uma situação de produção do enunciado, ou seja, de uma enunciação. São dêiticos os pronomes pessoais que indicam os participantes da comunicação *eu/tu*; os marcadores de espaço, como os advérbios de lugar e os pronomes demonstrativos (por exemplo, *aqui*, *lá*, *este*, *esse*, *aquele*), os marcadores de tempo (por exemplo, *agora*, *hoje*, *ontem*). Um dêitico só pode ser entendido dentro da situação de comunicação e, quando aparece, num texto escrito, a situação enunciativa deve ser explicitada. Havia, numa lousa da Faculdade de Filosofia da USP, em que os alunos deixam recados uns para os outros, a seguinte mensagem: *Estive aqui hoje e não consegui encontrá-la*. Esse aviso é totalmente incompreensível, porque não se sabe quem esteve lá, para quem ele escreveu a mensagem e quando ele esteve à procura de uma determinada pessoa. Em síntese, não se pode saber o que significam o *eu*, o *você* e o *hoje* da mensagem, pois falta o conhecimento da situação de comunicação, certamente, porque alguém passou por lá e apagou o nome da pessoa a quem a mensagem era dirigida, o nome da pessoa que a havia escrito e a data em que fora escrita. No caso dos dêiticos, de nada adianta o conhecimento do sistema linguístico, o que é preciso, para entendê-los, é conhecer a situação de uso.

2) Enunciados performativos: são os que realizam a ação que eles nomeiam. É o caso da promessa, da ordem, do juramento, do desejo, do agradecimento, do pedido de desculpas, etc. A realização da ação depende da enunciação da frase. Em outras palavras, a enunciação faz parte integrante da significação. Assim, quando alguém diz: *Eu juro que eu não disse nada*; *Peço-lhe desculpas pelo que aconteceu*; *Eu prometo estudar bastante*, o juramento, o pedido de desculpas e a promessa realizam-se no ato de dizer *Eu juro*; *Peço-lhe desculpas*; *Eu prometo*. Não há a possibilidade de realizar esses atos, senão enunciando-os.

3) Uso de conectores: quando se observam os seguintes usos: a) *Pedro pedirá aposentadoria, mas é um segredo*; b) *Você pode vir aqui um pouquinho? Porque estou precisando de ajuda*, nota-se que os conectores *mas* e *porque* não conectam os conteúdos, mas os atos de enunciação. Com efeito, no primeiro caso, a conexão se faz com a informação dada, é a informação que é secreta e não o pedido de aposentadoria; no segundo caso, o *porque* explica a pergunta e não seu conteúdo, ou seja, o conector explica o motivo da pergunta.

4) Certas negações: quando se diz *Não gosto de doces, adoro-os*; *O trânsito não estava ruim, estava péssimo*, a negação não incide sobre a proposição negada, mas sobre sua assertabilidade, isto é, sobre a possibilidade de sua afirmação. O que o falante está

dizendo não é que não gosta de doces ou que o trânsito não esteja ruim, mas que *gostar* e *ruim* são termos pouco apropriados para definir o quanto ele gosta de doces e o estado do trânsito. É a enunciação desses termos que é posta em questão e não o seu conteúdo.

5) Advérbios de enunciação: em exemplos como *Sinceramente, não gostei de sua atitude*; *Infelizmente, não posso fazer nada* ou *Francamente, não vejo como posso ajudá-lo*, os advérbios não modificam o verbo, mas qualificam o próprio ato de dizer como sincero, infeliz ou franco. As frases não significam *Não gostei de sua atitude de modo sincero*, etc., mas *Dizendo de modo sincero, não gostei de sua atitude*; *Você desculpe-me pelo que vou dizer, mas não posso fazer nada*; *Dizendo de maneira franca, não vejo como posso ajudá-lo*.

II. A inferência

Certos enunciados têm a propriedade de implicar outros. Assim, quando se diz *João é meu sobrinho*, esse enunciado implica *Sou tio de João*; quando se afirma *Se tivesse chovido, não haveria falta de energia*, essa afirmação implica que *Não choveu e há falta de energia*. Essas implicações derivam dos próprios enunciados e, portanto, não exigem, para que sejam feitas, informações retiradas do contexto, da situação de comunicação. No entanto, em muitos casos, a comunicação não é literal e, por conseguinte, só pode ser entendida dentro do contexto. Nesse caso, os falantes comunicam muito mais do que as palavras da frase significam. Os exemplos seguintes mostram isso: (a) *Não há mais homens no mundo*; (b) *Você pode me passar esse pacote?*; (c) *A lata de lixo está cheia*. No primeiro caso, o que se está dizendo, quando se comenta, por exemplo, o fato de que muitos homens cuidam da casa, enquanto as mulheres trabalham fora, é que o papel masculino, tal como era concebido, está mudando. Isso só pode ser entendido num contexto específico. No segundo caso, não se pergunta sobre a capacidade que tem o interlocutor de passar o pacote, mas pede-se a ele que o passe para o falante. No terceiro caso, quando, por exemplo, a patroa diz a frase para a empregada, ela não faz uma constatação, mas indica à interlocutora que ela deve levar o lixo para fora.

A Pragmática deve explicar como os falantes são capazes de entender não literalmente uma dada expressão, como podem compreender mais do que as expressões significam e por que um falante prefere dizer alguma coisa de maneira indireta e não de maneira direta. Em outras palavras, a Pragmática deve mostrar como se fazem inferências necessárias para chegar ao sentido dos enunciados.

Há duas distinções fundamentais em Pragmática: significação *versus* sentido e frase *versus* enunciado.

A frase é um fato linguístico caracterizado por uma estrutura sintática e uma significação calculada com base na significação das palavras que a compõem, enquanto o enunciado é uma frase a que se acrescem as informações retiradas da situação em que é enunciada, em que é produzida. A mesma frase pode estar vinculada a diferentes enunciados. A frase *Está chovendo* pode ocorrer, dependendo da situação em que é enunciada, como os seguintes enunciados: *Finalmente, a seca vai acabar*; *Não podemos sair agora*; *É preciso ir recolher a roupa*; *Feche as janelas*, etc.

A significação é o produto das indicações linguísticas dos elementos componentes da frase. Assim, a significação de *Está chovendo* é *Tomba água do céu*. O sentido, no entanto, é a significação da frase acrescida das indicações contextuais e situacionais. Num contexto em que se comenta o problema do racionamento de energia derivado do esvaziaento das represas das hidrelétricas, *Está chovendo* pode significar *Agora o racionamento vai acabar*.

A frase é estudada pela sintaxe e pela semântica, enquanto o enunciado é objeto da Pragmática.

III. A instrução

A Pragmática concebe que as chamadas palavras do discurso (principalmente, os conectores, como conjunções, preposições, advérbios), cuja função varia de acordo com o contexto linguístico em que se acham colocadas, significam porque há uma instrução sobre a maneira de interpretá-las. Tome-se a análise que o linguista francês Oswald Ducrot faz da conjunção *mas*. Para isso, observem-se os enunciados abaixo:

(a) O tempo está feio, mas estou com vontade de dar um passeio.
(b) O tempo está feio, mas a chuva vai encher as represas.
(c) O tempo está feio, mas um raio de sol bate na minha mesa.
(d) Mas o que você está fazendo?

Em cada um desses casos, há um sentido diferente da palavra *mas*. Esses sentidos são o resultado do emprego diferente de uma unidade lexical que corresponde à seguinte instrução sobre a maneira de interpretá-la: na frase P mas Q, de P tire a conclusão R, de Q tire a conclusão não R e de P mas Q tire a conclusão não R. No primeiro enunciado, de *O tempo está feio* tira-se a conclusão de que não se deve sair; de *Estou com vontade de dar um passeio* tira-se a conclusão de que devo sair; da conexão de P e Q com a conjunção *mas* tira-se a conclusão de que devo sair. No segundo enunciado, de *O tempo está feio* tira-se a conclusão de que isso é ruim; de *A chuva vai encher as represas* tira-se a conclusão de que isso é bom; da conexão de P e Q com a conjunção *mas* tira-se a conclusão de que a chuva é boa. No terceiro enunciado, de *O tempo está feio* tira-se a conclusão de que não se vê o sol; de *Um raio de sol bate na minha mesa* tira-se a conclusão de que o sol brilha; de P mas Q tira-se a conclusão de que o sol é visível. No quarto enunciado, usa-se o *mas* como introdutor de tópico de conversação que vai em direção contrária àquela do tópico anterior. Como se vê, pode-se entender todos os sentidos da conjunção *mas* nos diferentes enunciados, partindo da mesma instrução. Tomem-se as duas frases que seguem: (a) *Marcelinho joga muito futebol, mas é desagregador* e (b) *Marcelinho é desagregador, mas joga muito futebol*. No primeiro caso, o falante não quer Marcelinho no seu time; no segundo, sim. Podemos compreender dessa maneira os dois enunciados, porque em *P mas Q* sempre prevalece o argumento não R dado por Q.

Nos anos 1970, a Pragmática era considerada por muitos linguistas a "lata do lixo da Linguística", pois diziam eles que ela se ocupava em resolver os problemas não tratados por outros objetos teóricos da ciência da linguagem. Seu objeto seria um conjunto de fatos marginais. Essa visão é completamente errônea. Ela trata dos princípios que regem o uso e não dos usos singulares. Se uma expressão tem vários sentidos quando é usada, isso deriva de um princípio pragmático aplicado a ela. A Pragmática vai procurar descobrir esses princípios que governam os diferentes sentidos dados pelo uso. Por exemplo, observem-se as frases que seguem: (a) *Pedro ocupava a cabeceira da mesa e o copeiro trazia os pratos*; (b) *O copeiro trazia os pratos e Pedro ocupava a cabeceira da mesa*. Essas duas frases descrevem os mesmos eventos, mas em sequência diferente: a primeira afirma que o copeiro

trazia os pratos, depois que Pedro ocupava a cabeceira da mesa e a segunda, que Pedro só ocupava a cabeceira da mesa depois que o copeiro trazia os pratos. Isso significa que existe uma *máxima da ordem*, que diz que, se uma sequência de proposições é apresentada numa certa ordem, o interlocutor, salvo indicação contrária, é autorizado a pensar que elas estão temporal e mesmo causalmente ordenadas. São esses princípios de uso que a Pragmática deve explicar. Enquanto a Sintaxe explica a boa formação das frases e a Semântica, sua significação, a Pragmática explica a interpretação completa dos enunciados.

Há duas grandes correntes na Pragmática: uma que considera que ela estuda o conjunto de conhecimentos que deve ter o falante, para utilizar a língua nas diferentes situações enunciativas, e outra que afirma que os aspectos pragmáticos estão codificados na língua, que contém todas as instruções para os usos possíveis. A primeira pensa que a Pragmática, por estudar fatos de fala, está radicalmente separada da Semântica; a segunda integra a Pragmática e a Semântica, cada uma estudando aspectos diferentes do sentido.

Teoria dos atos de fala

Como já dissemos, a Pragmática tal como a conhecemos hoje tem início quando Austin começa a desenvolver sua teoria dos atos de fala. Até então, a Linguística pensava que as afirmações serviam para descrever um estado de coisas e, portanto, eram verdadeiras ou falsas. Uma afirmação como *O céu é azul* descreve o estado do firmamento e, portanto, o falante pode verificar se ela é verdadeira ou falsa, no momento em que é usada. Austin vai mostrar que a Linguística se deixava levar por uma ilusão descritiva, pois é preciso distinguir dois tipos de afirmações: as que são descrições de estados de coisa, a que ele vai chamar *constativas*, e as que não são descrições de estados de coisa. São essas que lhe interessam. Toma, então, certos enunciados na forma afirmativa, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa, com as seguintes características: a) não descrevem nada e, por conseguinte, não são nem verdadeiros nem falsos; b) correspondem, quando são realizadas, à execução de uma ação. A essas afirmações vai chamar *performativas*. Quando se observa uma frase como *Ordeno que você saia daqui*, verifica-se que o ato de ordenar se realiza ao se enunciar a afirmação. Por outro lado, uma ordem não é verdadeira nem falsa, ela pura e simplesmente realiza-se.

São muitos os exemplos de performativos:

(a) Declaro aberta a sessão.
(b) Aceito (resposta à pergunta *Aceita esta mulher como sua legítima esposa?*, na cerimônia de casamento).
(c) Prometo que a situação não vai ficar assim.
(d) Lamento que isso tenha ocorrido.
(e) Eu te perdoo.

É preciso observar mais uma coisa sobre os performativos: para que a ação correspondente a um performativo seja de fato realizada, é preciso não somente que ele seja enunciado, mas também que as circunstâncias de enunciação sejam adequadas. Um performativo pronunciado em circunstâncias inadequadas não é falso, mas nulo, ele fracassou. Assim, por exemplo, se o irmão da noiva e não o noivo diz *aceito*, na cerimônia de casamento, o performativo é nulo, porque quem realizou o performativo não é aquele

que, nessa circunstância de enunciação, deve realizá-lo. Por isso, Austin vai estudar as condições de felicidade (sucesso)[1] e fracasso dos performativos, ou seja, as circunstâncias de enunciação que fazem com que um performativo seja efetivamente realizado.

As principais condições de sucesso de um performativo são:

- A enunciação de certas palavras em determinadas circunstâncias têm, por convenção, um determinado efeito. Portanto, as pessoas e as circunstâncias devem ser aquelas convenientes para a realização do enunciado em questão. Por exemplo, se um faxineiro e não o presidente da Câmara diz *Declaro aberta a sessão*, o performativo não se realiza, porque o faxineiro não é a pessoa que pode executar a ação de abrir a sessão; por outro lado, se o presidente declara aberta a sessão sozinho no seu gabinete, o performativo não se realiza, porque não está sendo executado nas circunstâncias apropriadas para sua realização.
- A enunciação deve ser executada corretamente pelos participantes. O uso da fórmula incorreta torna nulo o performativo. Assim, no batismo, é preciso usar a fórmula correta, para que o performativo se realize. Se o padre diz *Eu te perdoo* em lugar de *Eu te batizo*, o batismo não ocorre.
- A enunciação deve ser realizada integralmente pelos participantes. Assim, quando um performativo exige outro para ser realizado, é necessário que os dois sejam realizados para que haja sucesso. Por exemplo, quando alguém diz *Aposto dez reais como vai chover*, para que o ato de apostar tenha sucesso, é preciso que o outro aceite a aposta, enunciando a aceitação.

Há duas outras condições para o sucesso dos performativos, que são de natureza diferente, são as que fazem do performativo um ato puramente verbal, vazio. Quando sua enunciação exige que o falante tenha certos sentimentos ou intenções, é preciso que ele tenha de fato esses sentimentos ou intenções. Quando alguém diz *Quero exprimir-lhe meus pêsames*, sem que sinta nenhuma simpatia pelo pesar do interlocutor, ou *Prometo que virei*, sem ter nenhuma intenção de vir, o performativo realiza-se, mas não terá sucesso, ou seja, realizar-se-á verbalmente, mas não efetivamente. A promessa será feita, mas o que se prometeu não será realizado; os pêsames serão dados, mas efetivamente o falante não sente nenhum pesar. Por outro lado, na sequência dos acontecimentos, o falante que executou um performativo deve adotar o comportamento implicado pelo ato de enunciação. Assim, quando o falante que diz *Prometo que virei* não vier, a promessa não será efetivada. Ela permanece um puro ato verbal.

Na verdade, do estrito ponto de vista da realização dos performativos na enunciação, as três primeiras condições são mais importantes, porque sua ausência implica que nem sequer se reconheça que o performativo se realizou no ato de enunciação.

Como já foi dito, Austin põe em xeque a ilusão descritiva, quando mostra que há afirmações que descrevem estados de coisas e que podem ser verdadeiras ou falsas – as constativas – e afirmações que não descrevem nada, mas pelas quais se executam atos, que

[1] A expressão "condições de felicidade" do performativo não é uma boa denominação em português. Seria melhor dizer "condições de sucesso". No entanto, a partir da tradução do texto de Austin, essa expressão começou a ser usada e é encontrada em muitos textos de Pragmática.

podem ser felizes ou infelizes, ter sucesso ou fracassar – as performativas. Os constativos são verdadeiros se existe o estado de coisas que eles descrevem e falsos em caso contrário. Os performativos têm sucesso, quando certas condições são cumpridas, e fracassam, quando não o são. Em *Eu jogo futebol*, o fato de jogar independe de minha enunciação; em *Eu me desculpo pelo que ocorreu*, o fato de desculpar-me depende de minha enunciação.

Até agora, estamos trabalhando com performativos indicados por verbos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa na forma afirmativa. Assim, *Desejo que você venha jantar comigo* é um performativo, porque a ação de desejar se realiza, no ato de enunciar. Nas outras pessoas, nos outros tempos, nos outros modos, não haveria performativos, mas constativos. Com efeito, quando se diz *Ele ordena que ele saia* ou *Eu ordenei que ele saísse*, o que temos são constativos que descrevem a realização de um performativo por uma terceira pessoa ou por mim mesmo num tempo passado. No entanto, a questão não é tão simples assim. Há performativos que se realizam de maneira diferente dos que vimos mostrando até agora. Observem-se os exemplos:

(a) Proibido fumar.
(b) Os senhores estão autorizados a falar em meu nome.
(c) Os alunos ficam advertidos de que os que não fizerem matrícula na data determinada perderão sua vaga.

Nesses casos, realizam-se os performativos da proibição, da autorização e da advertência, sem que sejam utilizadas as formas *proíbo*, *autorizo* e *advirto*. Poder-se-ia então pensar que o modo, o tempo e a pessoa não bastam para saber se um performativo existe, mas que certas palavras, como *proibido*, *autorizado*, *advertido*, seriam necessárias para que eles se realizassem. No entanto, pode haver performativos sem que apareçam no enunciado palavras relacionadas ao ato a ser executado e, ao mesmo tempo, podem estar presentes no enunciado palavras correspondentes ao performativo, sem que ele se realize. Assim, em *Curva perigosa*, existe um performativo de advertência, mas em *Você tinha mandado o aluno ficar quieto* não há performatividade, apesar da presença do termo *mandado*.

Austin abandona a ideia de que possa existir um teste puramente linguístico para determinar a existência do performativo e volta à própria definição do performativo, ou seja, ele é a realização, ao enunciar, de um ato pelo falante. Quando se observam enunciados como *Saia* e *Ordeno que você saia*, verifica-se que os dois são performativos. Sabe-se que o primeiro é performativo porque ele pode desenvolver-se ao segundo. *Saia* quer dizer *Ordeno que você saia*. *Eu virei amanhã* quer dizer *Prometo que virei amanhã*. *É proibido fumar* significa *Eu proíbo fumar*, pois existe um eu que é responsável pela proibição. Assim, um enunciado será performativo quando puder transformar-se em outro enunciado que tenha um verbo performativo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa. Os enunciados que não contêm um verbo performativo na pessoa, no tempo, no modo e na voz indicados serão chamados performativos implícitos; os que têm o verbo na forma mencionada serão denominados performativos explícitos.

Para eliminar a ambiguidade dos performativos, temos de levar em conta a situação de enunciação, o modo verbal (por exemplo, o imperativo), a entoação, etc. Mesmo os performativos explícitos podem ser ambíguos. Por exemplo, no enunciado *Eu me desculpo*, pode-se, dependendo da situação de enunciação, estar pedindo desculpas ou descrevendo o que se fará num futuro próximo, *Se a questão é essa, quando eu chegar lá, eu me desculpo*.

Para distinguir os constativos dos performativos, Austin vai discutir mais profundamente a questão: que é que se faz, quando se diz alguma coisa? Note-se que, quando se diz algo, realizam-se três atos: o ato locucionário (ou locucional), o ato ilocucionário (ou ilocucional) e o ato perlocucionário (ou perlocucional).

O ato locucionário é o que se realiza enunciando uma frase, é o ato linguístico de dizer. O ilocucionário é o que se realiza na linguagem. O perlocucionário é o que se realiza pela linguagem. Assim, quando se toma a frase *Advirto-o a não mais fazer isso*, há o ato de dizer, de enunciar cada um dos elementos linguísticos componentes da frase. É o ato locucional. Quando se enuncia essa frase, realiza-se o ato da advertência, que se realiza na linguagem, no próprio ato de dizer. No caso, esse ato está inclusive marcado com a forma verbal *advirto*. É o ato ilocucional. Há ainda mais um ato, que é o resultado do ato de linguagem e do ato ilocucional proferido e que depende do contexto da enunciação. Quando se enuncia a frase acima, o resultado pode ser a persuasão do interlocutor. Assim, é um ato que não se realizou na linguagem, mas pela linguagem. É o ato perlocucional. O ato ilocucional tem um aspecto convencional, ou seja, está marcado na linguagem, enquanto o ato perlocucional não. O que significa estar marcado na linguagem? Significa que o ato ilocucionário pode ser explicitado pela fórmula performativa correspondente. Assim, na frase *Não se preocupe, eu virei amanhã*, o ato ilocucionário só pode ser a promessa, porque, nesse contexto, só se pode explicitar esse ato pela fórmula performativa *prometo*. O ato perlocucional é um efeito eventual dos atos locucional e ilocucional. Assim, por exemplo, a promessa de vir amanhã pode ser sentida pelo interlocutor como uma ameaça.

Aqui se chega ao ponto mais alto da teoria austiniana. Observando as afirmações constativas, verifica-se que também nelas o falante realiza um ato ilocucional, o ato da afirmação, idêntico àquele que executa quando jura, adverte, ordena, aconselha, etc. Numa frase como *Choveu pouco este mês*, há um ato ilocucional, que pode ser explicitado pela forma performativa *afirmo*. Assim, em todo constativo, há uma parte, o que se afirma, que pode ser submetida à prova da verdade e da falsidade. Quando se diz *Ele é um bom estudante*, temos um ato ilocucional *Afirmo que ele é um bom estudante*. O ato de afirmar não é verdadeiro nem falso, pois ele simplesmente se realiza, enquanto o conteúdo afirmado, ou seja, *ele é um bom estudante*, pode ser submetido à prova da verdade. Ao verificar que os constativos são um caso particular dos performativos, Austin chega ao que Paulo Ottoni denomina visão performativa da linguagem. A linguagem é ação, é uma forma de agir no mundo. Isso tem uma importância muito grande para a Linguística, pois permite estender seu campo de atuação, mantendo liames orgânicos com a teoria das interações e das ações e com a etnografia da comunicação. É muito diferente dizer que, ao comunicar ou ao interagir, o homem descreve o mundo ou age no mundo.

Um dos sucessores de Austin é John Searle, que retoma seu programa, e vai desenvolver uma série de aspectos de sua teoria. Um deles é que, ao comunicar uma frase, realizam-se um ato proposicional e um ato ilocucional. O primeiro corresponde à referência e à predicação, ou seja, ao conteúdo comunicado. O segundo, como pensava Austin, ao ato que se realiza na linguagem, ao dizer. Como se isola a proposição, resultado dos atos proposicionais? Searle mostra que não podemos confundir a proposição com a força ilocutória, porque enunciados que têm força ilocucional diferente podem exprimir a mesma proposição. Por exemplo:

(a) João estuda bastante.
(b) João estuda bastante?
(c) Estude bastante, João.
(d) Ordeno que você estude bastante, João.

Os atos ilocucionais são, respectivamente, a afirmação, a interrogação, o conselho e a ordem. No entanto, o conteúdo proposicional é sempre o mesmo, *João estudar bastante*.

Exprimir uma proposição é executar um ato proposicional e um ato ilocucional. Por conseguinte, uma proposição pode ser expressa pela fórmula F (p), em que p é marcador do conteúdo proposicional e F é o marcador da força ilocutória, que indica o ato ilocutório executado. Esses marcadores nem sempre estão explícitos no enunciado. Em *Eu virei amanhã*, há uma força ilocucionária de promessa, que, no entanto, não está sintaticamente marcada na frase. Essa distinção só é sintaticamente marcada nos performativos explícitos.

Essa distinção entre marcadores ilocucionais e proposicionais permite explicar certos fenômenos linguísticos, como o da negação. Há negações que incidem sobre o ilocucional e negações que incidem sobre a proposição. Quando se tomam enunciados como (a) *Eu não lhe ordeno que saia daqui* e (b) *Eu lhe ordeno que não saia daqui*, observa-se que, em (a), nega-se o ato ilocucional e, em (b), nega-se a proposição.

Searle vai desenvolver outros aspectos da teoria austiniana, vai estudar de maneira aprofundada a classificação dos atos ilocucionais. Não se pretende mostrar aqui essa classificação, mas enunciar uma questão importante notada por Searle. Ele dizia que não se deve confundir a análise dos verbos ilocutórios com a dos atos ilocutórios. Muitos linguistas, ao tentar determinar os atos ilocutórios trabalham com os verbos ou com os substantivos derivados desses verbos. Assim, falam em ordenar, interrogar, prometer, ameaçar ou em ordem, interrogação, promessa, etc. No entanto, muitas vezes, os atos ilocutórios são expressos indiretamente, são os chamados atos de fala indiretos. Por exemplo, quando alguém está atrasado, pode dizer *Desculpem-me pelo atraso* ou *O trânsito está terrível*. No primeiro caso, o ato de desculpar-se foi expresso diretamente; no segundo, foi enunciado indiretamente, pois o valor patente da afirmação recobre, na verdade, um valor latente de pedido de desculpas. A mesma coisa ocorre quando uma ordem é expressa sob a forma de um desejo: *Eu queria um talão de cheques*; quando um pedido é feito sob a forma de uma interrogação: *Você tem cigarro?*, e assim por diante. Seria muito estranho que o interlocutor pensasse que o falante não quer mais o talão de cheques ou que a pergunta sobre os cigarros é mera curiosidade. Por outro lado, o falante vale-se dos atos de fala indiretos para minimizar a força da ordem, para não constranger o interlocutor com um pedido direto, etc.

Essa questão das razões pelas quais se utilizam os atos de fala indiretos produziu toda uma corrente de estudo dos atos de fala denominada interacionista. Para a teoria clássica, os atos de fala são universais; enquanto para a teoria interacionista, variam de cultura para cultura, de grupo social para grupo social. Por exemplo, a maioria das sociedades conhece o ato de fala *agradecimento*. No entanto, a forma como ele é feito é variável. Na sociedade brasileira da primeira metade do século XX, como se lê nos manuais de etiqueta, não se agradecia aos criados, aos garçons, etc. Hoje, agradece-se a eles por qualquer serviço que nos prestam. A forma de fazer os agradecimentos indica uma mudança

cultural, a passagem de uma sociedade mais "aristocrática" a uma mais "democrática". Por outro lado, fórmulas religiosas de agradecimento, como *Que Deus lhe dê em dobro* ou *Que Deus lhe abençoe* só subsistem nas áreas menos modernas do país.

Além disso, a teoria clássica pensa os atos de linguagem de maneira isolada, enquanto a teoria interacionista os vê como um encadeamento de atos: por exemplo, a um pedido corresponde uma recusa ou uma aceitação; a uma saudação, uma resposta, etc. Austin mostrou que dizer é fazer; os interacionistas, na fórmula de Orecchioni, mostram que dizer é fazer fazer. Isso significa que os atos de linguagem têm um efeito muito grande nas relações interpessoais, o que abriu um novo campo para a Linguística, o estudo da polidez linguística.

Essas regras de polidez articulam-se sobre a teoria das faces, desenvolvida por Brown e Levinson, na sequência dos trabalhos de Goffman. Face é o amor-próprio do sujeito. Há uma face positiva e uma negativa. Aquela deriva da necessidade de ser apreciado e reconhecido pelo outro, é a boa imagem que o sujeito tem de si mesmo; esta advém da necessidade de defender o eu, é seu território. Na interação social, o indivíduo procura salvar sua face. Por outro lado, cada um dos interlocutores tem interesse em manter a face do outro, para não pôr em perigo sua face. No entanto, há atos ameaçadores da face negativa do interlocutor, porque tentam invadir seu território (por exemplo, a ordem, o conselho, a ameaça), e atos ameaçadores de sua face positiva, porque podem ser vistos como uma tentativa de destruir a imagem do outro (por exemplo, a reprimenda, a refutação, a crítica). Há também comportamentos ameaçadores da face negativa do falante, porque podem ser considerados uma maneira de obrigar o falante a se expor (por exemplo, a promessa, a garantia, o juramento) e atos ameaçadores de sua face positiva, porque destroem sua imagem (por exemplo, confissão, pedido de perdão, autocrítica). A polidez linguística tem por efeito diminuir os efeitos negativos dos atos ameaçadores da face, de adoçá-los. É para isso que recorremos aos atos de fala indiretos: não se dá uma ordem brutalmente, mas exprime-se um desejo. Há outras estratégias de polidez linguística: não se critica um trabalho, sem fazer uma série de preliminares que mostram que ele está bom. Nas situações de comunicação, minimizam-se, modalizam-se, adoçam-se os atos ameaçadores da face. Por outro lado, há atos valorizadores da face, como os cumprimentos e os elogios. Na polidez, busca-se reforçar esses atos.

Há uma polidez positiva, em que se busca produzir e reforçar atos valorizadores da face, e uma polidez negativa, em que se procura evitar e minimizar os atos ameaçadores da face. Nela, tenta-se evitar o excesso de atos valorizadores da face, pois o falante poderia parecer hipócrita ou bajulador, bem como a falta de minimização de atos ameaçadores da face, pois o falante poderia parecer grosseiro. O excesso, a falta, os limites entre o que é percebido como valorizador ou ameaçador, tudo isso é cultural. O estudo da polidez linguística oferece dados muito preciosos para a compreensão das culturas.

Máximas conversacionais

Para explicar a construção e a compreensão dos atos de fala indiretos, é preciso, de um lado, desenvolver melhor a teoria dos atos de fala e, de outro, os princípios gerais

que regem a conversação.[2] Segundo inúmeros estudiosos da Pragmática, ela é governada por um princípio de cooperação, que exige que cada enunciado tenha um objeto ou uma finalidade. Muitas vezes, os atos de fala não são manifestados explícita mas implicitamente e, portanto, só se percebe o objeto ou o propósito de um enunciado quando se entendem esses implícitos. Para explicar isso, pode-se tomar um célebre exemplo da Pragmática. Quando se lê num cartaz, à entrada de um restaurante, *Aberto às segundas*, só se pode decidir se ele quer dizer *Aberto também às segundas* ou *Aberto somente às segundas* se se tem uma informação proveniente do contexto, ou seja, se os restaurantes do lugar fecham às segundas, o cartaz indica que o restaurante estará aberto também às segundas; se eles abrem às segundas, o cartaz significará que o restaurante abre só às segundas. Quando se sabe que o PT é um partido que denuncia sistematicamente a corrupção nos diversos escalões do governo e se diz *Certos deputados do PT são corruptos*, o que se está significando é que o PT é um partido como qualquer outro e, portanto, não se pode considerar ao abrigo da corrupção.

Segundo alguns autores, os comportamentos linguísticos são determinados por regras ou princípios gerais de natureza racional, ou seja, a maneira de utilizar a linguagem na comunicação é regida por princípios gerais assentados em inferências pragmáticas. Grice, em artigo publicado em 1975, começa a estudar esses princípios. Com isso, a Pragmática estabelece uma forma diferente de conceber a comunicação. As contribuições de Grice são a noção de implicatura e o estabelecimento do princípio geral da comunicação, o da cooperação.

Observando que existe uma divergência frequente entre a significação das frases e o sentido do enunciado e que, portanto, certos enunciados comunicam muito mais do que os elementos que o compõem, Grice formula a noção de implicatura, que são inferências que se extraem dos enunciados. Ele não usa o termo implicação, porque a noção de implicatura é mais ampla do que a de implicação, já que esta só pode ser provocada por uma expressão linguística, enquanto aquela pode ser suscitada por expressões linguísticas e pelo contexto ou pelos conhecimentos prévios do falante.

Grice começa por distinguir dois tipos de implicaturas: as desencadeadas por uma expressão linguística, as implicaturas convencionais, e as provocadas por princípios gerais ligados à comunicação, as implicaturas conversacionais. Em *Ele é aluno de Letras, mas sabe escrever*, há uma implicatura desencadeada pela conexão entre as duas orações com a conjunção *mas*: os alunos de Letras não sabem escrever. É uma implicatura convencional. No enunciado *A defesa da tese de Mário correu bem, não o reprovaram*, há uma implicatura de que a tese não presta. É uma implicatura conversacional, pois não advém da significação de nenhuma palavra da frase, mas dos conhecimentos prévios do interlocutor. No caso, sabe-se que dificilmente uma tese é reprovada, portanto a menção ao fato de que ele não foi reprovado significa que o falante está dizendo, implicitamente, que a tese não é boa.

A distinção entre implicaturas convencionais e conversacionais parece bastante clara: aquela é provocada por uma expressão linguística e esta é suscitada pelo contexto.

[2] A exposição que segue está fundamentada nos trabalhos de Grice (1975), Moeschler e Reboul (1994) e Orecchioni (1998).

No entanto, a questão é mais complicada, pois Grice estabelece uma distinção entre implicaturas conversacionais generalizadas e implicaturas conversacionais particulares. Aquela é desencadeada também por elementos linguísticos, enquanto estas, apenas pelo contexto. Quando se diz *André vai encontrar uma mulher à noite*, a implicatura é que a mulher com quem vai encontrar-se não é sua mãe, sua irmã, sua esposa, etc., mas que esse encontro é de natureza sexual. Para a construção dessa implicatura entram em jogo dois elementos: um é o uso do artigo indefinido, que produz a inferência de que essa mulher não é uma mulher pertencente a seu círculo íntimo; outro é o contexto, que indica que, quando não se faz referência à mulher com que um homem vai encontrar-se, trata-se de um encontro de natureza sexual. Tem-se, nesse caso, uma implicatura conversacional generalizada, que é desencadeada por um elemento linguístico e pelo contexto. Quando se diz *Ele enriqueceu durante o exercício de seus mandatos de deputado*, tem-se a implicatura de que ele é desonesto. Não há nenhum elemento linguístico que desencadeie essa implicatura, é o contexto que diz que, como no Brasil muitos políticos são corruptos, essa inferência pode ser feita. Trata-se de uma implicatura conversacional particular.

A implicatura convencional é provocada apenas por um elemento linguístico, ela não precisa de elementos contextuais para ser feita, enquanto a implicatura conversacional, seja ela generalizada ou particular, apela sempre para as noções de princípio da cooperação e máximas conversacionais.

Como se disse acima, para Grice, o princípio da cooperação é o princípio geral que rege a comunicação. Por ele, o falante leva em conta sempre, em suas intervenções, o desenrolar da conversa e a direção que ela toma. Grice formula da seguinte maneira esse princípio: que sua contribuição à conversação seja, no momento em que ocorre, tal como requeira o objetivo ou a direção aceita da troca verbal em que você está engajado.

Esse princípio é explicitado por quatro categorias gerais – a da quantidade das informações dadas, a de sua verdade, a de sua pertinência e a da maneira como são formuladas –, que constituem as máximas conversacionais. Grice formula assim essas máximas:

Máximas da quantidade
- Que sua contribuição contenha o tanto de informação exigida.
- Que sua contribuição não contenha mais informação do que é exigido.

Máximas da qualidade (da verdade)
- Que sua contribuição seja verídica.
- Não afirme o que você pensa que é falso.
- Não afirme coisa de que você não tem provas.

Máxima da relação (da pertinência)
- Fale o que é concernente ao assunto tratado (seja pertinente).

Máximas de maneira
- Seja claro.
- Evite exprimir-se de maneira obscura.
- Evite ser ambíguo.
- Seja breve (evite a prolixidade inútil).
- Fale de maneira ordenada.

Muitas críticas foram feitas às concepções de Grice. Alguns autores dizem que ele tem uma concepção idealista da comunicação humana e, por conseguinte, da sociedade, porque imagina a troca verbal como um evento harmonioso, ignorando os antagonismos, os litígios, as discórdias e as oposições que caracterizam tantos atos de comunicação. Por outro lado, diz-se que Grice é normativo, que ele pretende ditar regras para a comunicação humana. Nenhuma das duas críticas procede. As máximas conversacionais não são um corpo de princípios a ser seguido na comunicação, mas uma teoria de interpretação dos enunciados. Grice não ignora a existência dos conflitos na troca verbal. No entanto, mesmo quando a comunicação é conflituosa, ela opera sobre uma base de cooperação na interpretação dos enunciados, sem o que o conflito não se pode dar. Mesmo para divergir, os parceiros da comunicação precisam interpretar adequadamente os enunciados que cada um produz. Além disso, a existência das máximas implica sua violação. Por um lado, pode-se violar uma máxima, para não infringir outra, cujo respeito é mais importante. No exemplo que segue, calcado num exemplo de Grice, viola-se a máxima da quantidade, para que não se infrinja a primeira máxima da qualidade.

– Onde Maria mora?
– No Brasil.

A resposta à questão não é suficientemente informativa, o que significa que se cria uma implicatura: o interlocutor não sabe exatamente onde Maria mora.

Por outro lado, há o que Grice chama a exploração das máximas, que é a criação de determinados efeitos de sentido obtidos com a violação das máximas. A ironia, por exemplo, é uma exploração da máxima da qualidade, como veremos em seguida.

As máximas da quantidade indicam que o falante deve sempre dar a informação mais forte de que dispõe. Assim, quando se diz *A bandeira brasileira é verde*, infere-se que a bandeira brasileira é inteiramente verde e não se infere que ela é verde, amarela, azul e branca, porque se supõe que o falante deu a informação mais forte. Da mesma forma, quando se afirma *Ele tem quatro apartamentos*, a inferência que se tira é que ele tem exatamente quatro apartamentos e não três. A lógica da conversação é diferente da lógica formal. Nesta, quando se diz que alguém tem quatro apartamentos, pressupõe-se que ele tem três, porque três está contido em quatro. Na conversação, isso não ocorre, porque se se diz que tem quatro apartamentos, está-se dizendo que são exatamente quatro e não três.

Viola-se a máxima da quantidade, quando se verbalizam informações evidentes, que suscitam respostas que marcam a inutilidade da informação.

– Sou eu.
– Estou vendo.
– Você está aqui.
– Não, estou na França.

Infringe-se também essa máxima, quando não se dá a informação mais forte que se tem. Uma faxineira disse à dona da casa, quando esta chegou: "A secretária eletrônica caiu". A dona da casa respondeu que não havia problema. Mais tarde, ela constatou que o aparelho estava quebrado. Nesse caso, a faxineira violou a máxima da informatividade.

Quando se afirmam banalidades que todos conhecem, há também infringência a essa máxima. Numa reunião de professores de latim, dizer que o latim tem cinco declinações é uma violação dessa máxima.

Em casos em que não se sabe o nível de conhecimentos das pessoas que participam da troca verbal, quando se afirma alguma coisa que se crê ser banal, é preciso dizer *como todos sabem*, *peço desculpas por lembrar*, etc. Por outro lado, quando se repete uma informação, é necessário afirmar *como se disse anteriormente*, etc.

Pode-se explorar a máxima da quantidade com tautologias como:

(a) Criança é criança.
(b) Dinheiro é dinheiro.
(c) Amanhã é um outro dia.

Nesses casos, o elemento repetido ganha um novo sentido. Em (a), está-se dizendo que criança é sempre irresponsável, etc.; em (b), que dinheiro sempre tem valor, é sempre bem-vindo; em (c), que as coisas mudam com a passagem do tempo.

As sequências não informativas tornam-se informativas quando são exploradas argumentativamente. Por exemplo, é uma informação banal no Brasil dizer que o PT não ocupa a Presidência da República nem ministérios. Entretanto, isso se torna informativo, no exemplo abaixo:

> O PT não ocupa a Presidência da República nem nenhum ministério. Portanto, ele não tem de apresentar soluções para os problemas econômicos do Brasil.

Na comunicação fática, não vigora a máxima da quantidade. Essa comunicação é aquela feita apenas para manter o canal de comunicação. São as trocas verbais realizadas, por exemplo, em encontros sociais, em que é falta de educação ficar calado e, portanto, conversa-se sobre o tempo, etc. Por outro lado, certas comunicações muito evidentes em placas indicam os hábitos culturais de um povo: por exemplo, a placa *Não feche o cruzamento*, em nossas grandes cidades.

A máxima da quantidade diz também que se deve dar o tanto de informações necessárias para a comunicação, ou seja, não se deve dar informações supérfluas. Assim, por exemplo, quando alguém conta a um amigo que sofreu um acidente de carro, não precisa enunciar o número de sua carteira de habilitação. No entanto, quando faz o relato do acidente à companhia de seguros, essa informação é pertinente.

A máxima da qualidade diz que a contribuição à conversação tem de ser verídica. Assim, quando alguém diz *Antônio fala seis línguas*, infere-se que o falante está certo de que Antônio fala seis línguas. Poder-se-ia perguntar se essa máxima tem propósito, dado que uma das propriedades da linguagem é enganar os outros, é transmitir informações falsas. Só o homem mente. É impossível que uma abelha, em sua linguagem para transmitir às companheiras informações sobre a localização do pólen, minta. É preciso entender bem essa máxima. Ela não diz que a pessoa que fala deve necessariamente crer no que afirma, que o falante que faz uma promessa tem a intenção de efetivamente cumpri-la, que quem pergunta alguma coisa quer verdadeiramente saber a resposta. O que ela enuncia é que o falante, exceto nos enunciados explicitamente não verdadeiros, como piadas, brincadeiras, pretende ser sincero, deseja que o interlocutor creia em suas palavras, mesmo que elas não sejam verdadeiras. O que comprova a existência da máxima da qualidade é a impossibilidade de produzir enunciados como *Comprei um revólver, mas não acredito que o tenha comprado*. Esse enunciado é visto como francamente contraditório, porque, quando o falante afirma que comprou um revólver, ele pretende que o interlocutor atribua a ele um crédito de sinceridade.

A exploração dessa máxima é feita, por exemplo, nas metáforas e nas ironias. Quando se diz *O coração de André é uma pedra*, não se está dizendo que se acredita que ele seja efetivamente uma pedra, mas que é duro como uma pedra. Quando no conto "A negrinha", de Monteiro Lobato, o narrador diz *A excelente Dona Inácia era mestra na arte de judiar de crianças*, não se pode inferir a implicatura de que ele acredite que Dona Inácia era excelente, pois a ironia obriga a entender o contrário do que foi dito.

A máxima de relação rege a coerência da conversação, indica como se encadeiam os assuntos e como se faz para mudar de assunto. O exemplo dado por Grice mostra como ela opera:

– Estou sem gasolina.
– Há um posto na esquina.

A afirmação de A apresenta a seguinte implicatura: *Você pode me indicar onde eu encontro gasolina?* A resposta de B permite inferir o que segue: *O posto da esquina está aberto*.

A exploração dessa máxima é feita por frases que aparentemente não têm coerência. Quando um falante diz *A mulher de João o está traindo* e o interlocutor percebe que João está ouvindo a conversa e diz *Onde você comprou esta camisa?*, a resposta não é incoerente, mas apresenta a implicatura *Mudemos de assunto*.

As máximas de maneira indicam como falar, obrigam a produzir enunciados claros, a codificar e a decodificar o sentido contextualmente mais verossímil. Viola essa máxima quem, ouvindo a frase *O álcool mata lentamente*, responde *Eu não tenho pressa*, pois o mais verossímil é que o foco da interpretação incida sobre o predicado e não sobre o advérbio.

Segundo Orecchioni, a máxima de maneira explicita-se por uma regra de economia, que determina que se escolha a formulação mais simples e direta para dizer alguma coisa. Daí o efeito engraçado da frase atribuída a Mae West: *Gosto de dois tipos de homens: os que têm bigode e os que não têm*. A formulação mais simples seria: *Gosto de qualquer tipo de homem*. Quando se diz que se gosta de dois tipos de homens, espera-se um recorte no universo dos homens e não a apresentação de sua totalidade.

A máxima da maneira explicita-se ainda por uma exigência de honestidade, que leva o interlocutor a acreditar nas citações feitas pelo produtor do enunciado, no discurso científico, e leva a supor, na conversação cotidiana, que ele saiba do que está falando. Quando alguém diz *Este restaurante é muito bom*, faz-se a implicatura de que o falante está dizendo que já foi lá.

Essa máxima compreende ainda uma exigência de neutralidade, que obriga a usar recursos indiretos para influenciar os outros. Quando dois amigos estão discutindo se vão a um jogo de futebol ou a um restaurante e um deles diz *O Morumbi é muito desconfortável*, infere-se que ele está dizendo que não quer ir ao jogo.

Essa máxima abarca ainda o respeito a todas as regras que regem a conversação, como respeitar os turnos de fala, ou seja, a vez de cada um intervir na conversação. Se alguém não respeita os turnos, pode ouvir o seguinte comentário metacomunicativo: *Ouvi sem interrompê-la, portanto, deixe-me falar*.

Há alguns discursos que se constroem exatamente violando as máximas conversacionais. O discurso poético cultiva a ambivalência, o discurso eufêmico infringe a máxima da quantidade, o discurso irônico viola a máxima da qualidade.

Todas essas máximas procuram mostrar como o falante, na troca verbal, resolve o problema do que deve dizer e do que não deve dizer. Conforme a situação de enunciação, há assuntos autorizados e proibidos e atos de linguagem que se impõem (por exemplo, as desculpas são obrigatórias, quando se está atrasado; uma pergunta deve ser feita, quando alguém afirma que vai sair de férias).

Pressupostos e subentendidos

A questão das implicaturas tenta explicar o problema dos conteúdos implícitos. Esse tema foi estudado de inúmeras maneiras na Pragmática. Por exemplo, a dificuldade de estabelecer uma distinção nítida entre implicaturas generalizadas e implicaturas particulares leva Orecchioni, inspirada no linguista francês Oswald Ducrot, a dizer que os conteúdos transmitidos pelos atos de fala podem ser explícitos e implícitos. Estes são as inferências e dividem-se em pressupostos e subentendidos.

Para que alguém perceba os conteúdos implícitos, eles precisam estar marcados, seja no enunciado, seja na situação de comunicação. Quando se toma o exemplo clássico *Pedro parou de fumar*, nota-se que há um conteúdo explícito, *Pedro não fuma atualmente*, e dois conteúdos implícitos, *Pedro fumava antes* e *Que isso sirva de exemplo para você*. O primeiro conteúdo implícito é um pressuposto, pois é veiculado pelo enunciado, no qual se acha incontestavelmente inscrito. Um falante não poderia usar o verbo *parar* se não quisesse veicular a informação de que um evento acontecia antes do momento da fala. Já o segundo conteúdo implícito é um subentendido, pois depende de um contexto particular (por exemplo: o falante vem insistindo com o interlocutor para que ele pare de fumar).

O conteúdo explícito é denominado posto e é o verdadeiro objeto do dizer. Quando alguém diz *Minha mulher gastou neste ano cem mil reais*, o verdadeiro objeto do dizer não é *Sou casado* (pressuposto), mas *Gastou neste ano cem mil reais* (posto).

De acordo com formulação de Orecchioni, o pressuposto é a informação que não é abertamente posta, isto é, que não constitui o verdadeiro objeto da mensagem, mas que é desencadeada pela formulação do enunciado, no qual ela se encontra intrinsecamente inscrita, independentemente da situação de comunicação. Observe-se o exemplo que segue:

> Agora, segundo impressão colhida na reunião do BID, [o Brasil] tornou-se um país menos confiável (*Veja*, 12/04/1995, p. 93).

Nele, afirma-se explicitamente que o Brasil é um país menos confiável. Do sentido do verbo *tornar-se* decorre incontestavelmente o implícito de que antes o Brasil era mais confiável. Se o país nunca tivesse apresentado um grau de confiabilidade maior que o de hoje, não se poderia usar o verbo *tornar-se*, que significa "transformar-se", "converter-se". Veja-se um outro exemplo:

> Está na hora de o governo usar o cassetete também contra esses empresários. (Jair Meneguelli)

Nele, está explícito o dever do governo de usar o cassetete contra empresários. Da expressão *está na hora* provém o implícito: o governo nunca usou o cassetete contra empresários; do termo *também* deriva a informação pressuposta de que o governo usa o cassetete contra quem não é empresário.

O que é dito explicitamente pode ser questionado. Os pressupostos, no entanto, devem ser verdadeiros ou, ao menos, tomados como tal. Os explícitos são construídos sobre os pressupostos. Assim, se um pressuposto for falso, ou considerado como tal, os conteúdos explícitos não têm o menor sentido, não podem sequer ser considerados falsos. Se o falante não achasse que Pedro fumava, não teria qualquer propósito ele dizer que Pedro parou de fumar.

O uso adequado dos pressupostos é muito importante, porque esse mecanismo linguístico é um recurso argumentativo, uma vez que visa a levar o leitor ou o ouvinte a aceitar certas ideias. Com efeito, introduzir no discurso um dado conteúdo sob a forma de pressuposto implica tornar o interlocutor cúmplice de um dado ponto de vista, pois ele não é posto em discussão, é apresentado como algo aceito. Mesmo a negação das informações explícitas contribui para corroborá-lo. É por isso que muitos linguistas dizem que os pressupostos não são sensíveis à negação, à interrogação e ao encadeamento dos postos. Quando o falante diz *Pedro não parou de fumar* nega que ele não fume atualmente, mas não nega que ele fumava antes. Quando faz a interrogação *Pedro parou de fumar?*, interroga sobre o fato de ele não fumar atualmente, mas não sobre a ideia de que fumava antes. Quando faz o encadeamento *Pedro parou de fumar, porque estava com problema nos pulmões*, o encadeamento se faz sobre o fato de que atualmente ele não fuma e não sobre o fato de que não fumava antes. A pressuposição aprisiona o leitor ou o ouvinte numa lógica criada pelo produtor do texto, porque, enquanto o posto é proposto como verdadeiro, o pressuposto é, de certa forma, imposto como verdadeiro. Ele é apresentado como algo evidente, indiscutível.

Quando se diz que o pressuposto não é sensível à negação, à interrogação e ao encadeamento do posto, não se está dizendo que não se possa negar o pressuposto, interrogar sobre ele ou fazer encadeamentos com ele, mas apenas que, quando a negação, a interrogação e o encadeamento atingem o posto, não alcançam necessariamente o pressuposto. Assim, na frase *Só Pedro ama Maria*, temos um posto *Apenas Pedro ama Maria* e um pressuposto *Pedro ama Maria*. Quando se nega o posto *Não é só Pedro que ama Maria*, não se nega o pressuposto *Pedro ama Maria*. Quando se interroga sobre o posto *Só Pedro ama Maria?*, não se interroga sobre o pressuposto. Quando se faz um encadeamento com o posto *Só Pedro ama Maria, porque só ele tolera sua arrogância*, não se faz encadeamentos sobre o pressuposto. No entanto, isso não significa que não se possa negar o pressuposto (*Pedro não ama Maria*), fazer interrogações sobre ele (*Pedro ama Maria?*) ou fazer encadeamentos com ele (*Pedro ama Maria, porque está enganado sobre ela*).

Muitas das "verdades incontestáveis", que constituem a base do discurso político, são na realidade pressupostos, ou seja, conteúdos tomados como aceitos por todos.

> Nesses oito anos de Revolução o Brasil emergiu da longa infância e da tumultuada adolescência para o estágio de nação adulta e séria que sabe para onde vai e o que pretende. (Presidente Médici, em cadeia de rádio e televisão)

Nesse texto, diz-se explicitamente que o Brasil é uma nação adulta e séria. Por outro lado, deixa ele pressuposto que:

- houve uma revolução no Brasil;
- o país estava num estágio infantil ou adolescente antes dela.

Se formos discutir se o Brasil é ou não uma nação adulta e séria, estaremos reafirmando os pressupostos em que se baseia o discurso; se negarmos o que é dito explicitamente, ainda assim estaremos confirmando o que é dito implicitamente.

A refutação dos pressupostos impede a continuação de qualquer debate; só sua aceitação permite o diálogo, pois não tem sentido ou não é possível uma discussão em que cada interlocutor se funda em pressupostos distintos. Por isso, é considerada extremamente grosseira a negação pura e simples dos pressupostos apresentados pelo outro.

Os principais marcadores linguísticos da pressuposição são:

- os adjetivos ou palavras similares

> A *única* coisa que me preocupa no plano é que os economistas estão gostando dele. (Jô Soares)

O adjetivo *única* pressupõe que o plano não traz nenhuma outra preocupação para o produtor do texto .

- verbos que indicam permanência ou mudança de estado (por exemplo: tornar-se, transformar-se, converter-se, ficar, vir a ser, passar a, deixar de, começar a, principiar a, ganhar, perder, permanecer, continuar)

> A imprensa *continuará* livre, mas é preciso que *continue* colaborando com as autoridades. (Gal. Justino Alves Bastos)

Os dois verbos *continuar* deixam pressupostos os seguintes conteúdos: a imprensa é livre; a imprensa colabora com as autoridades.

- verbos que revelam um ponto de vista a respeito do que é expresso por seu complemento (por exemplo, pretender, alegar, supor, presumir, imaginar, assacar)

> Ele *pretende* que tudo se passou da maneira como conta.

O verbo *pretender* pressupõe que o falante não aceita como verdade o que alguém apresenta como tal.

- certos advérbios

> O país está muito mal, e não quero *mais* fazer o papel de bobo da corte. (Xuxa)

O advérbio *mais* implicita a informação de que o produtor do texto antes fazia o papel de bobo da corte.

- as orações adjetivas

> Não adianta investigar os parlamentares se a elite empresarial *que financia a corrupção* fica assistindo às sessões da CPI pela televisão. (Senador José Paulo Bisol, ao defender a tese de que a corrupção é como pederastia, não tem ativo ou passivo)

A oração *que financia a corrupção* é uma adjetiva restritiva. Pressupõe ela que não é toda a elite empresarial que financia a corrupção, mas apenas uma parte dela. Essa frase poderia ser reescrita, utilizando-se em lugar da restritiva uma explicativa (nesse caso, a oração adjetiva viria entre vírgulas):

> Não adianta investigar os parlamentares se a elite empresarial, *que financia a corrupção*, fica assistindo às sessões da CPI pela televisão.

Nesse caso, o que se alterou foi o pressuposto transmitido pela oração adjetiva. O que se deixa implícito é que toda a elite empresarial financia a corrupção.

A diferença entre uma oração adjetiva restritiva e uma explicativa reside nos pressupostos que elas criam. A primeira pressupõe que uma dada afirmação diz respeito a apenas parte dos elementos do conjunto designado pelo antecedente do pronome relativo; a segunda deixa implícito que uma determinada asseveração concerne à totalidade dos elementos do conjunto designado pelo antecedente do pronome relativo.

- certas conjunções

> O Collor é um bom rapaz, *mas* não aceitem atravessadores; se quiserem um malufista, votem em mim. (Paulo Maluf, durante a campanha para as eleições presidenciais)

A conjunção *mas* liga dois segmentos de valor contrário entre si. *Não aceitem atravessadores* não é, a rigor, um segmento de valor contrário a *Collor é um bom rapaz*. Isso significa que o *mas* cria um implícito: Collor é um malufista não original.

Os subentendidos são informações veiculadas por um dado enunciado, cuja atualização depende da situação de comunicação. Álvaro Dias, presidente do PP, falando dos ministros do governo Itamar, disse: *O governo não escolhe ministro por currículo, mas por prontuário*. Nessa frase, o deputado deixa subentendido que os ministros do governo Itamar eram bandidos, que tinham passagem pela polícia.

A diferença entre um pressuposto e um subentendido é que aquele é uma informação indiscutível, ou apresentada como tal, tanto para o falante quanto para o ouvinte, pois decorre necessariamente do sentido de um marcador linguístico, enquanto este é de responsabilidade do ouvinte. O pressuposto pode ser contestado, mas é formulado para não o ser. Já o subentendido é construído, para que o falante, caso seja interpelado, possa, apegando-se ao sentido literal das palavras, negar que tenha dito o que efetivamente quis dizer. Se o presidente Itamar interpelasse o deputado Álvaro Dias, este poderia afirmar que o que estava querendo dizer é que o presidente era muito cuidadoso na escolha dos ministros e só escolhia aqueles que tivessem uma vida absolutamente limpa, sem registro em prontuários policiais.

O subentendido é um meio de o falante proteger-se, porque, com ele, diz o que quer sem se comprometer. Com os subentendidos, diz-se sem dizer, sugere-se, mas não se diz. O grau de evidência de um subentendido depende do grau de notoriedade dos fatos extralinguísticos a que remetem. O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio de Mello, comentando as longas greves do funcionalismo público, afirmou: *Greve é coisa para se resolver em uma semana, mas, a meu ver, nesse processo que estamos vivendo alguém está radicalizando demais* (*O Estado de S. Paulo*, 22/11/2001, A6). Do estrito ponto de vista linguístico, a afirmação do ministro poderia ser entendida como uma observação neutra dos fatos, em que ele diz que uma das partes, qualquer uma, está radicalizando. No entanto, o contexto, que nos leva a saber que o ministro é um crítico das ações do governo federal, subentende que o governo é que está radicalizando e, portanto, conduzindo mal a questão da greve no serviço público.

A insinuação e a alusão são dois tipos de subentendidos. A primeira é um subentendido maldoso. A revista *Veja*, de 7 de novembro de 2001, publicou um artigo sobre o patrimônio de Brizola. O texto não diz, mas insinua que o patrimônio de Brizola é fruto de corrupção. O primeiro parágrafo é o seguinte:

> Entre as qualidades do ex-governador Leonel Brizola uma chama a atenção: a capacidade de não se descuidar das finanças pessoais mesmo quando mantém dedicação integral à política. Nos últimos vinte anos, ele esteve envolvido em nada menos que onze eleições, sendo que em seis delas diretamente como candidato. Nas outras cinco trabalhou na costura de apoios e alianças capazes de levar adiante seu projeto de criar um partido político forte e chegar à Presidência da República. Registre-se que nesse intervalo ocupou por duas vezes a cadeira de governador do Rio de Janeiro. Apesar de tanta labuta, nos últimos tempos vem colhendo mais insucessos do que êxitos. Para sua sorte, as dificuldades se dão apenas na política. No plano pessoal, vive uma surpreendente prosperidade. Foi justamente nesses anos atribulados que Brizola realizou uma façanha inatingível para a maioria dos brasileiros: a de erigir um magnífico patrimônio. Mesmo sem despender a mesma energia que dedicou aos palanques – e sem chamar a atenção –, ele costurou um pé-de-meia de pelo menos 15 milhões de reais em terras e imóveis. Em outras palavras, Brizola tornou-se um abastado senhor de terras (p. 43).

A alusão pode ser um subentendido de conteúdo licencioso, com conotação sexual; um subentendido que se refere a fatos só conhecidos dos parceiros da troca verbal ou a remissão a conteúdo de outro texto ou discurso. Vejamos exemplos:

(a) André é delicado (para fazer alusão ao fato de que é homossexual);
(b) Bebedeira grossa! (alusão a um fato que é conhecido apenas por um dos parceiros da comunicação);
(c) Que, em verdade, há dois meios de granjear a vontade das mulheres: o violento, como o touro de Europa, e o insinuativo, como o cisne de Leda e a chuva de ouro de Dânae... (Machado de Assis. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, cap. XV) (alusão às conquistas de Júpiter narradas pela mitologia grega).

Aqui foram dados alguns exemplos dos assuntos tratados pela Pragmática: os atos de fala, as máximas que regem a conversação, os conteúdos implícitos veiculados pelos atos de fala. No entanto, ela trata de muitos outros temas: a dêixis, o emprego dos conectores, a argumentação e a orientação argumentativa, as escalas argumentativas (aqui se estudam fenômenos como o uso de *pouco, um pouco*, etc.) a polifonia, o sentido literal e o sentido figurado, etc. Ela preocupa-se com o uso da linguagem em geral. O objeto da Pragmática é a produção e a interpretação completa dos enunciados, em situações reais de uso. Ela busca explicar como as produções e interpretações levam em conta não somente a língua, mas também o contexto. Enquanto a Linguística que tem por objeto o sistema ou o conhecimento dirá que a célebre frase de Chomsky *As verdes ideias incolores dormem furiosamente* é agramatical, a Pragmática afirmará que, num contexto em que se discorre sobre as ideias dos ecologistas (verdes ideias) que perderam o apelo que tinham (incolores), mas que continuam a atuar ativamente no substrato da sociedade (dormem furiosamente), ela pode perfeitamente ser usada, pois a Pragmática explica o uso real.

Bibliografia

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

DASCAL, Marcelo (org.) *Fundamentos metodológicos da linguística. Pragmática*. v. IV. 1986

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.

GRICE, H.P. "Logic and conversation." In: COLE, P. e MORGAN, J. (ed.). *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, 1975, p. 48-51.

MOESCHLER, Jacques e REBOUL, Anne. *Dictionnaire encyclopédique de pragmatique*. Paris: Seuil, 1994.

Orecchioni, Cathérine Kerbrat. *L'implicite.* Paris: Armand Colin, 1998.

Ottoni, Paulo. *Visão performativa da linguagem.* Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

Searle, John R. Os *actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem.* Coimbra: Almedina, 1991.

Sugestões de leitura

Austin, John Langshaw. *Quando dizer é fazer. Palavras e ação.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
Obra clássica de Austin, em que está exposta sua teoria dos atos de fala, que implica uma concepção performativa da linguagem.

Dascal, Marcelo (org.) *Fundamentos metodológicos da linguística. Pragmática.* v. iv. 1986.
Coletânea de textos fundamentais da Pragmática, entre eles o trabalho de Grice, intitulado *Lógica e conversação*, que estuda as máximas conversacionais.

Ducrot, Oswald. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer.* São Paulo: Cultrix, 1977.
Um livro antigo de Ducrot, mas ainda fundamental para o estudo dos implícitos, sejam eles pressupostos ou subentendidos.

Moeschler, Jacques e Reboul, Anne. *Dictionnaire encyclopédique de pragmatique.* Paris: Seuil, 1994.
É uma obra que expõe todos os temas tratados pelas diversas correntes da Pragmática, confrontando as diferentes abordagens de um mesmo assunto.

Orecchioni, Cathérine Kerbrat. *L'implicite.* Paris: Armand Colin, 1998.
Estuda a questão das informações implícitas, discutindo a posição dos diferentes autores que trataram do tema e expondo seu entendimento sobre a matéria. Trata dos diferentes tipos de conteúdos implícitos, dos tropos, das competências requeridas do sujeito falante, para produzir enunciados com informações implícitas, e do cálculo interpretativo realizado para compreendê-las.

Ottoni, Paulo. *Visão performativa da linguagem.* Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
Expõe minuciosamente a teoria dos atos de fala de Austin, mostrando suas implicações e as vertentes tomadas pela teoria austiniana em diferentes autores.

Searle, John R. *Os atos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem.* Coimbra: Almedina,1991.
Nessa obra, Searle examina a condições de felicidade de um ato de fala e, ao mesmo tempo, discute a distinção entre atos proposicionais e atos ilocucionários.